



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO CIRCULAR TST.NUGEP.GP Nº 12

Brasília, 3 de abril de 2025.

A Sua Excelência a Senhora

Desembargadora DENISE ALVES HORTA

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3.^a Região

Belo Horizonte - MG

Assunto: Decisão proferida nos autos do IncJulgRREmbRep n.º 0000272-94.2021.5.06.0121. Incidente de Recurso de Revista Repetitivo n.º 28.

Senhora Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que a Exma. Ministra Dora Maria da Costa, Relatora do IncJulgRREmbRep n.º 0000272-94.2021.5.06.0121 (Tema 28), em decisão proferida em 10 de fevereiro de 2025 (cópia anexa), com amparo nos artigos 284, inciso I, do Regimento Interno do TST e 5º, inciso I, da Instrução Normativa n.º 38/2015 do TST, fixou a seguinte questão jurídica:

- 1. É válida a cláusula de norma coletiva que prevê a compensação/dedução da gratificação de função percebida com as horas extras deferidas judicialmente em razão da descaracterização do exercício de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT?**
- 2. Em caso de conclusão pela validade, a compensação deve ser limitada às parcelas atinentes ao período de vigência da norma coletiva ou deve abranger a totalidade do período objeto da ação ajuizada durante a sua vigência?**

Desse modo, encareço V. Ex.^a a observar os dispositivos pertinentes da Instrução Normativa n.º 38/2015 do TST, em especial o artigo 5º, inciso III, bem como o Regimento Interno do TST, com destaque para os artigos 281, § 10, e 284, inciso III, para que, no prazo de 15 (quinze) dias:

- a) preste as informações que entender cabíveis ao deslinde da questão jurídica;
- b) remeta até dois recursos de revista que sejam admissíveis e efetivamente representativos da controvérsia, especialmente aqueles que contenham abrangente argumentação, fundamentação e discussão a respeito da questão a ser decidida, com peculiaridades que ampliem o universo fático ou o alcance da decisão que vier a ser proferida.

No caso do envio de processos representativos, imprescindível que o Tribunal Regional do Trabalho conste em destaque, no despacho de admissibilidade do recurso, se tratar de recurso representativo de controvérsia relacionado ao Incidente de Recurso de Revista Repetitivo n.º 28.

Informo, ademais, que não houve determinação de suspensão de processos com idêntico objeto na decisão proferida pela Exma. Ministra Relatora.

Esclareço que a resposta a este Ofício deverá ser endereçada à Exma. Ministra Relatora do incidente e enviada, por malote digital, à Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SETPOESDC.

Renovo, à ocasião, protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA, PRESIDENTE**, em 04/04/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1048620** e o código CRC **8E8444F5**.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8, Conjunto A, Bloco B, 5.º Andar, Sala B5.47
Brasília – DF - 70070-943
Telefone: (61) 3043-4252
E-mail: presidencia@tst.jus.br